



## **DESTINA-SE AO ARQUIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 2192/2012.**

MENSAGEM: Nº 60 DE 2012.

LIDO EM: 10/09/2012.

TOTAL DE PÁGINAS: 19.

ASSUNTO:- Declara Órgão Oficial do Município o jornal  
“O Diário do Norte do Paraná”, na forma que especifica.

**AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.**

**SANÇÃO E PROMULGAÇÃO EM 09/10/2012.**

**PUBLICADA NO JORNAL DO POVO, EM  
11/10/2012, QUINTA-FEIRA, SOB O Nº 6.653.**

**Ofício de Encaminhamento no dia 09/10/2012 sob  
o nº 636/2012/DAB.**

**LEI Nº 1.959/2012.**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3035-0800 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

MENSAGEM Nº 060/2012

Sarandi, 05 de setembro de 2012

Senhor Presidente,  
Nobres Pares:

Encaminhamos à apreciação e deliberação dessa Edilidade o Incluso Projeto de Lei, declarando Órgão Oficial do Município o jornal “O Diário do Norte do Paraná”, de propriedade da Empresa Jornalística Editora Central Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 76.123.397/0001-70, com sede na Av. Mauá, 1988, na cidade de Maringá-Pr.

Salientamos que a escolha do novo Órgão Oficial para publicação dos atos oficiais do município, foi efetivada de conformidade com o processo licitatório na modalidade Pregão Presencial sob nº 77/2012-PMS.

Assim sendo, aguardamos a aprovação dessa Casa de Leis, para posterior sanção e aplicação da Lei na forma prevista.

Atenciosamente

  
CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
RAFAEL PSZYBYLSKI  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
SARANDI-Pr.



EXPEDIENTE - RECIBO

10 SET 2012

EXPEDIENTE - RECIBO  
06 SET 2012





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3035-0800 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

2192/12

APROVADO EM 08/10/2012  
Pelo Conselho Municipal de Sarandi

### PROJETO DE LEI

SÚMULA:- Declara Órgão Oficial do Município o jornal "O Diário do Norte do Paraná", na forma que especifica:

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei, de autoria do Executivo Municipal:

APROVADO EM 05/10/2012  
Pelo Conselho Municipal de Sarandi

**Art. 1º** - Fica declarado Órgão Oficial do Município de Sarandi-Pr., o jornal "O Diário do Norte do Paraná", de propriedade da Empresa Jornalística Editora Central Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 76.123.397/0001-70, com sede na Av. Mauá, 1988, na cidade de Maringá-Pr., de conformidade com o processo licitatório na modalidade Pregão Presencial sob nº 77/2012-PMS.

**Art. 2º** - O Órgão de Imprensa referido no art. 1º desta Lei, fará a publicação dos Atos Oficiais dos Poder Executivo Municipal, mediante contrato a ser firmado entre as partes em decorrência do Pregão Presencial nº 77/2012-PMS.

**Art. 3º** - Para fazer face às despesas decorrentes com a execução desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar-se de verba constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.

**Art. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 418/91, de 27/05/1991, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 20 de setembro de 2012.

RETIRADO DE PAUTA

EM

17/09/2012

PAÇO MUNICIPAL, 05 de setembro de 2012

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR  
Prefeito Municipal





# Câmara do Município de Sarandi

Estado do Paraná - Brasil

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

## LEI N.º 418/91

SÚMULA:- Declara Órgão Oficial do município o "JORNAL DO POVO", na forma que especifica.

Art. 1º - Fica por força desta Lei, declarado o Órgão Oficial do Município de Sarandi, Estado do Paraná, o "JORNAL DO POVO", de propriedade da Editora Setentrião Ltda., inscrita no C.G.C/MF. nº 82.442.237/0001-97, com sede na cidade de Maringá-Pr.

Art. 2º - O Órgão de Imprensa referido no art. 1º desta Lei, passará a publicar todos os Atos Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante contrato e condições a serem firmados entre as partes.

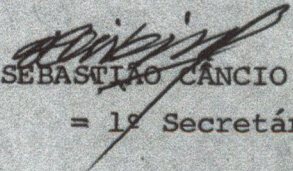
Art. 3º - Para fazer face as despesas decorrentes da execução desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar-se de verba constante do Orçamento vigente.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 314/89, de 28/02/89, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 31/03/91.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, aos 27 dias do mês de Maio do ano de 1.991.

  
CARLOS BICHES SEBRIÁN

= Presidente =

  
SEBASTIÃO CÂNCIO DE OLIVEIRA

= 1º Secretário =



PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE – ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO  
DEFINIÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL – LEI MUNICIPAL – AUTONOMIA DA URBE  
POSSIBILIDADE DA PUBLICAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE, EM MEIO ELETRÔNICO OU EM  
DIÁRIO PRÓPRIO, NOS CASOS EM QUE HAJA JORNAL LOCAL DE  
GRANDE CIRCULAÇÃO, OU, AINDA, POR AMBOS OS MEIOS

*Tribunal de Contas do Estado do Paraná*

1) Consulta formulada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. *Publicação de atos oficiais dos Municípios. Definição de veículo oficial. Definição do meio de publicação: eletrônico, em papel ou ambos.*

2) *Autonomia do Município, assegurada pela Constituição da República, para, por meio de lei que leve em conta a realidade fática local, definir o veículo oficial e a mídia – eletrônica, impressa ou ambas – a ser utilizada para divulgação dos atos legislativos e administrativos municipais. Autonomia que não pode ser – sob pena de inconstitucionalidade – aprioristicamente cerceada pelo Tribunal de Contas nem por outro órgão do Estado ou da União sob o argumento de que a Internet ainda não alcançou a necessária disseminação. Aspecto fático que pode ser objeto de controle de constitucionalidade de acordo com a realidade de cada Município pela técnica denominada pela doutrina e pelo Supremo Tribunal Federal de “controle dos fatos e prognoses legislativos”.*

TCE { 3) *Publicação exclusivamente por meio eletrônico na Internet: possibilidade, uma vez adotadas medidas de segurança e proteção do conteúdo contra violações e assegurado o acesso da população. Tendência generalizada da Administração Pública em todas as esferas de governo e no âmbito de todos os Poderes, em sintonia com os princípios da economicidade, da efetividade e da publicidade.*

4) *Manutenção de publicações em veículos de comunicação impressos no caso de atos disciplinados por lei especial que exigir a publicação em diário impresso, como, por exemplo, no caso da aquisição de bens e serviços pela Administração direta e indireta, nos termos da Lei federal nº 8.666/93.*

5) *Adoção de órgão oficial impresso próprio ainda que existam no Município jornais, comprovadamente, de grande circulação: possibilidade, devendo ser assegurada a efetiva publicidade dos atos.*

6) *Princípio da publicidade e acesso aos atos da gestão pública. Autonomia do Município no sistema federativo. Definição do veículo oficial mediante lei municipal. Autonomia do Município – observada a efetiva concretização do princípio da publicidade – para (1) divulgar seus atos oficiais exclusivamente em veículo oficial impresso ou (2) por meio exclusivamente de sítio oficial na Internet ou (3) por ambos os meios.*

Processo nº 603831/07

Acórdão nº 302/09 – Pleno

RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, Sr. Deputado Estadual Nelson Justus, sobre temas relacionados à publicação de atos oficiais do Poder Executivo municipal. Em seus exatos termos, o consulente questiona:

1) “a possibilidade, ou não, do ponto de vista legal, de uma prefeitura adotar apenas



a publicação eletrônica de seus atos, decretos e leis, vez que a adoção da Internet como complemento ao meio impresso já é permitida e difundida”; e

2) “a possibilidade, ou não, sempre do ponto de vista legal, de uma prefeitura adotar diário oficial impresso próprio nos casos em que haja, no Município, diário de circulação comprovada por auditoria do renomado Instituto Verificador de Circulação – IVC ou ainda por auditor independente de comprovada idoneidade”.

A consulta é acompanhada de parecer jurídico elaborado pela Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa. O referido parecer opina pela possibilidade da publicação de atos oficiais em diário oficial próprio, nos termos indagados pelo consulente. Contudo, quanto à publicação de atos oficiais exclusivamente em meio eletrônico, as conclusões constantes do parecer jurídico são no sentido de que não há lei que autorize esse procedimento, razão pela qual seria inviável a publicação de atos oficiais unicamente em meio eletrônico.

No âmbito do Tribunal de Contas, a consulta foi analisada pela Diretoria Jurídica e pelo Ministério Público, que, no que se refere à adoção de veículo oficial impresso próprio, manifestaram-se uniformemente pela possibilidade, ainda que exista no Município diário de comprovada grande circulação.

A Diretoria Jurídica, por meio do Parecer nº 80/08, manifesta-se pela possibilidade de publicação dos atos oficiais do Poder Executivo municipal por meio eletrônico, desde que a medida seja acompanhada por regulamentação em lei municipal:

“Relativamente ao primeiro questionamento, por óbvio que a publicação eletrônica de atos do governo tem ganhado espaço em todas as esferas de governo, eis que francamente mais célere e econômica. No entanto, para a efetivação do princípio da publicidade, o correto seria que cada Município, no exercício de sua autonomia, regulamentasse por lei própria a forma de exteriorização e publicidade dos seus atos. Assim, estabelecendo a lei municipal a adoção da via eletrônica para

a divulgação de seus atos, a princípio, não haveria obstáculo a essa empreitada.

Convém não esquecer que o meio escrito goza de certa preponderância na medida em que, antes do advento da Internet, era a única via confiável para a publicidade dos atos do governo. Assente essa importância inaugural da publicação escrita e presente que o problema é a ausência de publicidade e não publicidade em demasia, a lei do Município poderia prever a publicação em meio eletrônico e na imprensa escrita, seja por órgão oficial ou por diário de grande circulação, eis que mais consentânea com a razoabilidade”.

Todavia, note-se que a Diretoria Jurídica menciona a possibilidade de publicação dos atos oficiais por meio eletrônico, mas não de forma exclusiva. Ou seja, a publicação eletrônica à qual a Diretoria Jurídica faz menção não elimina a publicação impressa dos atos do Poder Executivo municipal.

Quanto à segunda questão, a Diretoria Jurídica opina pela inexistência de obstáculos à publicação dos atos oficiais do Poder Executivo municipal em diário próprio, ainda que existam no Município jornais, comprovadamente, de grande circulação:

“No concernente à segunda dúvida, dentro da autonomia outorgada constitucionalmente aos Municípios cabe somente a esses a escolha do veículo impresso que hospedará os atos oficiais municipais. Desta feita, não há óbices para que o Município possua diário oficial próprio mesmo nos casos em que haja no Município diário de circulação comprovada por auditoria do IVC ou ainda por auditor independente de comprovada idoneidade. Não se deve esquecer que o que se impõe é a existência de publicidade, não importa se oriunda de um veículo oficial ou jornal de grande circulação local”.

Por fim, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, por meio do Parecer nº 1264/08, responde ao primeiro questionamento no sentido de ser possível a publicação dos atos oficiais por meio eletrônico, desde que em caráter de complementaridade à publicação em meio físico e regulada por lei municipal:



“Em relação ao primeiro questionamento, no entender desta Procuradora o princípio da publicidade restaria suprimido caso a Prefeitura adotasse somente a publicação eletrônica, como foi indagado. Poderia, sim, após autorização legal, utilizar a publicação eletrônica como forma complementar de publicação de atos, leis e decretos, mas não como única forma de publicidade, uma vez que nem todos os administrados têm acesso à Internet, sendo mais acessível a publicação impressa.

A exemplo do que ocorre nos poderes públicos do Estado do Paraná, em que os atos devem ser obrigatoriamente publicados no *Diário Oficial do Estado* e no *site* oficial do Estado do Paraná na Internet, conforme Lei estadual nº 14.603/04, poderá o Município regulamentar a utilização da via eletrônica de publicação como meio complementar à publicação no diário oficial.

O mesmo procedimento é adotado pelo Poder Executivo federal, que em seus atos normativos publicados via Internet expressamente traz a mensagem ‘Este texto não substitui o publicado no *Diário Oficial da União*’ (vide Dec. nº 4.520, de 16.12.02)”.  
 Ministério Público

Por outras palavras, o *Parquet* entende que a publicação dos atos oficiais exclusivamente por meio eletrônico suprimiria o princípio da publicidade, consagrado constitucionalmente.

Quanto ao segundo questionamento, o Ministério Público, acompanhando a Diretoria Jurídica, acena pela possibilidade de publicação dos atos oficiais da prefeitura em diário próprio, desde que respeitado o princípio da publicidade:

“Com relação ao segundo questionamento, a Constituição Estadual, no § 5º do art. 18, estabelece que ‘As Câmaras Municipais elegerão o órgão oficial do município para a publicação das leis’.

Portanto, não há óbice legal à adoção de diário oficial próprio, respeitando-se sempre o princípio da publicidade esculpido no art. 37, *caput*, da Constituição da República, o qual deverá ser escolhido mediante processo licitatório, conforme preceitua o art. 37, XXI, do mesmo diploma legal”.

Esse o relatório.

### Proposta de decisão

Antes de adentrar às indagações apresentadas pelo consulente, entendo serem imprescindíveis algumas considerações a respeito do princípio da publicidade, envolvido diretamente no debate que se realizará.

Com efeito, não se admite em um Estado Democrático de Direito, onde o poder é exercido em nome do povo, que este fique privado das informações quanto à gestão da coisa pública. Não há exagero algum em afirmar que a própria idéia de democracia administrativa aponta não só para um direito de acesso aos arquivos e registros públicos e para a defesa dos direitos individuais, mas também para um direito de o cidadão efetivamente saber dos rumos da coisa pública.

A publicidade insere-se como um princípio constitucional próprio da atuação administrativa, uma vez que o Poder Público, exatamente por ser público, deve agir com a maior transparência possível, a fim de que os administrados tenham, a toda hora, conhecimento do que os administradores estão fazendo. Enfim, a publicidade, como princípio da Administração Pública, abrange toda a atuação estatal não só sob o aspecto da divulgação oficial de seus atos, como também de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes.

Desde logo se percebe, portanto, que estamos diante de um verdadeiro vetor da atuação do Estado – razão por que foi alçado ao patamar de princípio constitucional. A esteira sobre a qual se trava o presente debate tangencia os mais sensíveis meandros da relação entre o Estado e os cidadãos, uma vez que o princípio da publicidade encontra-se entre os valores formadores da própria figura do Estado como modernamente a concebemos.

Início minha proposta de decisão respondendo ao segundo questionamento, pois o assunto de que trata é mais pacífico – o que fica evidente pela uniformidade das análises feitas pelas unidades que se manifestaram nos presentes autos.

O art. 18, § 5º, da Constituição do Estado do Paraná assim dispõe:

“Art. 18. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal,



mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal, na forma da lei.

.....  
5º As Câmaras Municipais elegerão o órgão oficial do Município para a publicação das leis”.

Em consonância com as disposições acima transcritas, entendo ser possível a publicação dos atos oficiais do Município em diário próprio nos casos em que haja no Município diário de circulação comprovada por auditoria do renomado Instituto Verificador de Circulação – IVC ou ainda por auditor independente de comprovada idoneidade.

É claro que a publicação dos atos oficiais deve sempre ter em vista o princípio da publicidade. Em consequência disso, é preciso que o Poder Executivo municipal assegure-se de que a circulação do diário próprio, na situação proposta, seja satisfatória à informação da população, sob pena de se restringir o acesso ao conhecimento dos atos públicos.

Enfim, é preciso também que a eleição do diário oficial próprio do Município seja acompanhada de regulamentação em lei municipal.

Chega o momento de tratar do primeiro questionamento apresentado pelo consulente.

Com a devida vênia à Diretoria Jurídica e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, apresento entendimento diverso quanto a essa questão.

O avanço irrefreável da informática e o advento de tecnologias cada vez mais modernas têm provocado verdadeira revolução das estruturas sociais, como testemunhamos diariamente. De um lado, é cada vez mais visível o acelerado processo de inclusão digital que o País atravessa. De outro, é igualmente expressiva a rapidez da difusão de informações em meio eletrônico e o aumento do número de computadores conectados à Internet.

Obviamente o direito – que é, por excelência, produto da ação e do pensamento humanos – tem passado por aguda transformação diante do avanço tecnológico dos tempos modernos.

Um dos mais expressivos reflexos da incorporação da informática ao direito foi a Lei federal

nº 11.280/06, que acrescentou o parágrafo único ao art. 154 do Código de Processo Civil, que assim dispõe:

Art. 154. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

Parágrafo único. Os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil (Incluído pela Lei nº 11.280/06.).

Não há dúvida de que a redação acima transcrita, incluída pela Lei federal nº 11.280/06, representa uma total reformulação dos paradigmas operantes no âmbito do processo civil. Rompe-se, com o parágrafo único do art. 154, a tradição impressa das publicações judiciais, que agora podem, por meio de decisões dos Tribunais, ser publicadas em meio eletrônico.

Contudo, a lei acima exposta não é uma manifestação isolada ou uma situação excepcional. Encontra-se atualmente uma diversidade de leis que tratam da informatização das publicações e dos atos oficiais.

Nesse mesmo sentido alinha-se a Lei federal nº 11.419/06, que, em seus arts. 1º e 4º, assim dispõe:

Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

.....  
Art. 4º Os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.



§ 1º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica.

§ 2º *A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal (grifou-se).*

Merece especial destaque o § 2º do art. 4º da referida lei, segundo o qual a publicação eletrônica, nos termos disciplinados pelo artigo, substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

Também no âmbito eleitoral a incorporação de meios eletrônicos apresenta reflexos. Por meio da Portaria nº 218/06, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral assim resolveu:

“O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no uso das atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no parágrafo único do art. 154 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.280, de 16.2.06, e o art. 4º da Lei nº 11.419, de 19.12.06,

*Resolve:*

Art. 1º Instituir o Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral – DJeJTSE como instrumento oficial de publicação de atos judiciais, administrativos e de comunicações em geral.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral manterá a publicação impressa e eletrônica até 15.8.08, data a partir da qual o DJe substituirá integralmente a versão em papel.

.....  
Art. 4º É livre o acesso ao sítio eletrônico do Tribunal na rede mundial de computadores para leitura e impressão das edições do DJe, independente de registro ou identificação.

Art. 5º As veiculações no DJe serão gratuitas nos casos em que houver determinação legal, judicial ou interesse da Justiça Eleitoral.

Art. 6º As edições do DJe serão arquivadas em meio magnético.

Art. 7º Após a publicação, o conteúdo dos documentos não poderá sofrer qualquer espécie de modificação, supressão ou ajuste.

Parágrafo único. As publicações somente poderão ser retificadas por determinação judicial.

Art. 8º A autenticidade, integridade e validade jurídica do Diário da Justiça Eletrônico serão garantidas mediante assinatura digital do Diário e do sítio eletrônico do Tribunal na rede mundial de computadores, baseadas em certificado digital emitido por autoridade credenciada de acordo com a regulamentação da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil”.

Sem dúvida, os atos próprios do Poder Judiciário possuem características não encontradas nos atos do Poder Executivo. A despeito dessas eventuais diferenças, todavia, é preciso reconhecer que a matéria atinente à publicação dos atos oficiais apresenta semelhante escopo em ambas as esferas – qual seja, o escopo de garantir publicidade a todos quantos queiram saber dos atos oficiais do Estado.

Essa lógica é tão verdadeira que também no Poder Executivo nota-se uma crescente incorporação de meios eletrônicos – a começar pela publicação de atos oficiais. O exemplo que melhor ilustra esse processo é o do próprio Governo do Estado do Paraná, que, a partir de 1º.1.09, mantém seu *Diário Oficial Executivo tão-somente em meio eletrônico*, sendo abandonada a versão impressa que vigorava até então.

A adoção do formato eletrônico do *Diário Oficial Executivo* foi determinada pelo Dec. nº 1.378, de agosto de 2007, assinado pelo Sr. Governador do Estado do Paraná. De acordo com o referido decreto, a substituição da edição impressa do *Diário Oficial Executivo* por meio eletrônico proporcionou a criação de uma nova ferramenta via Internet, que permite maior facilidade e agilidade nas consultas. Dessa forma, desde 1º.1.09, não há mais a versão impressa do diário em questão. Todas e quaisquer consultas ao referido diário podem ser realizadas por meio do sítio eletrônico do Departamento de Imprensa Oficial do Estado



do Paraná – endereço no qual também se encontram as edições do *Diário Oficial Executivo* desde o ano de 2002, disponíveis gratuitamente.

Além disso, observa-se que diversos Municípios paranaenses já notaram as vantagens da publicação de atos oficiais em meio eletrônico e passaram a publicar alguns de seus atos, sobretudo avisos de licitação, no *Diário Oficial Executivo* do Governo do Estado. Essa tendência é fruto da constatação de que a publicação eletrônica atinge um número muito maior de receptores do que a publicação impressa. Nos casos de licitação, são visíveis as vantagens que isso garante, pois há um aumento da concorrência, decorrente da maior quantidade de empresas ofertantes, e a consequência desse ciclo é a oferta de bens e serviços a preços mais baixos.

Não há dúvida de que as medidas aqui analisadas estão longe de esgotar as transformações pelas quais vem passando o universo jurídico com a incorporação de meios eletrônicos. Contudo, já é possível perceber que a relação entre o direito e a informática tem sido cada vez mais estreita, e dessa interação resultam apenas benefícios, tanto para o Estado quanto para a população de modo geral.

Apresentados os casos concretos que corroboram a tese aqui defendida, passo a analisar em abstrato as vantagens que a substituição da publicação impressa pela publicação eletrônica representa.

Em primeiro lugar, é preciso analisar a publicação dos atos oficiais do Poder Executivo em sua *dimensão formal*. Inserida no âmbito do princípio da publicidade, a publicação tem, em plano formal, a finalidade de garantir efetividade aos atos e comandos do Estado. Por outras palavras, o princípio da publicidade condiciona a efetividade de determinado ato do Estado à sua publicação. Esse é um requisito formal bastante caro às relações entre o Estado e os cidadãos.

Com efeito, a publicação dos atos oficiais do Poder Executivo municipal por meio eletrônico não traz prejuízo algum à dimensão formal que se exige do processo de publicação. Ao adentrar a rede mundial de computadores, o ato adquire publicidade – disso não há dúvida – e efetividade, exatamente como ocorre no processo de publicação impressa.

Portanto, não há diferença alguma, quanto à dimensão formal, entre a publicação dos atos do Poder Executivo municipal por meio impresso e por meio eletrônico.

No entanto, é no *plano material* que se notam os maiores benefícios da adoção do sistema de publicações por meio eletrônico.

*A tese de que a publicação impressa atinge um número maior de receptores é bastante enganosa, sobretudo quando amparada no axioma de que os atos oficiais, apenas porque impressos, atingem, como obra de magia, a totalidade dos cidadãos – o que, notoriamente, não é verdadeiro.*

A implementação de políticas de inclusão digital tem garantido acesso a um número cada vez maior de brasileiros. Atualmente, o acesso à Internet é disponibilizado em diversas escolas, bibliotecas e toda sorte de terminais de atendimento ao cidadão, possibilitando o ingresso na rede mundial de computadores inclusive a brasileiros que não possuem computador em suas residências.

Infelizmente é verdade que determinadas regiões ainda apresentam insatisfatórios indicadores no que diz respeito à inclusão digital. Por outro lado, é também verdade que a promoção de políticas públicas, aliada ao natural avanço das tecnologias informatizadas sobre os mais variados aspectos da vida humana, transformará essa realidade em um futuro muito próximo.

Cumprido mencionar também que o acesso à informação eletrônica não traz facilidades apenas ao cidadão de modo geral, mas também à imprensa, aos órgãos de fiscalização, às associações, às organizações não governamentais e a várias outras estruturas coletivas pelas quais a população, de forma articulada, exerce o saudável controle e fiscalização da condução da coisa pública.

Além disso, o elemento direito à informação não se restringe, por óbvio, ao conhecimento dos atos publicados em um determinado dia isoladamente. Pelo contrário, é importante que o cidadão tenha livre acesso ao volume mais amplo possível de atos do Poder Público, para que os possa justapor, confrontar e examinar.



Nessa esteira, a publicação dos atos oficiais em meio eletrônico também traz riquíssimos avanços, pois o armazenamento e a disponibilização de publicações em espaço eletrônico permite ao cidadão fazer livres pesquisas a respeito de atos do Poder Público, inclusive aqueles que foram publicados em datas anteriores. No caso da publicação impressa, as limitações da estrutura de um diário impresso não permitem ao cidadão, de forma imediata, acessar informações que foram publicadas em datas anteriores. Nesse sistema impresso, o cidadão (assim como a imprensa, as associações, as ONGs etc.) deve recorrer aos arquivos do diário oficial para que lhe sejam disponibilizadas publicações anteriores – o que, em razão de entraves técnico-burocráticos, demanda tempo excessivo e, assim, afasta o cidadão da Administração Pública.

*Em meio a uma sociedade cada vez mais informatizada, a publicação de atos oficiais em meio eletrônico é medida salutar, pois aproxima a sociedade da gestão pública e permite maior vigilância dos governantes por parte dos governados.*

Nos planos econômico e ambiental, então, são inquestionáveis as vantagens da publicação de atos oficiais por meio eletrônico. Ao publicar os atos do Poder Executivo em meio eletrônico, além de lhes garantir amplo e livre acesso por parte da sociedade, o Poder Público economiza recursos e materiais (notadamente, papel) que seriam utilizados para a tiragem de diários oficiais, que, muitas vezes, sequer são lidos.

Também para o Município, em sua esfera administrativa, a utilização de diário oficial em meio eletrônico traz inúmeras vantagens. Exemplo disso é a publicação de editais de licitação, que, uma vez disponibilizados em sítio eletrônico, adquirem abrangência muito maior do que se impressos. Nesse sentido, inclusive, nota-se que diversos Municípios paranaenses, já convencidos das vantagens da publicação de seus atos oficiais em meio eletrônico, têm se utilizado do *Diário Oficial Executivo* do Governo do Estado – que, cumpre lembrar, já é inteiramente informatizado – para publicação de avisos de licitação.

Na edição de 30.1.09, foram publicados, por exemplo, no referido diário, diversos avisos de licitação do Município de Guairá para aquisição

de urnas fúnebres e outros bens. O mesmo ocorreu em 13.1.09, quando o Município de Colombo decidiu veicular no *Diário Executivo do Estado* aviso de licitação para aquisição de materiais hospitalares. Os dois exemplos aqui citados servem apenas para ilustrar os benefícios da publicação de atos oficiais do Poder Executivo municipal em meio eletrônico. Observo, inclusive, que, na maioria das ocasiões em que os Municípios paranaenses publicam seus avisos de licitação no *Diário Executivo do Estado*, encontra-se a observação de que o edital de licitação está disponível eletronicamente no endereço virtual do Município – o que só reforça tudo que já foi dito.

Todavia, cumpre observar que, em relação às licitações, a Lei federal nº 8.666/93 prevê circunstâncias especiais em que a publicidade de atos do Município não poderá deixar de ser feita por meio de veículo de comunicação impresso. Do conjunto de princípios que instruem a Lei nº 8.666/93, nota-se especial zelo pela publicidade que o legislador procurou garantir aos processos licitatórios. Dessa forma, a fim de garantir a ciência do maior número possível de destinatários, os específicos atos praticados no processo licitatório – bem como em outras circunstâncias previstas e disciplinadas em lei especial – não devem deixar de ser publicados em meio impresso.

Por fim, é preciso ter em conta a confiabilidade e a segurança das informações inseridas em meio eletrônico.

Apesar do grande ceticismo que essa questão ainda pode gerar – ceticismo que, aliás, é próprio da psicologia humana, sempre que diante de qualquer mudança no estado de coisas que a cerca –, é preciso reconhecer que atualmente se dispõe de tecnologias avançadíssimas na proteção das informações presentes na rede mundial de computadores. Mais precisamente, faço aqui menção à tecnologia de *certificação digital*.

A certificação digital é uma ferramenta de segurança que permite às pessoas realizar, no meio eletrônico, transações que necessitem de segurança, como a assinatura de contratos, a obtenção de informações sensíveis do governo e do setor privado, entre outros exemplos. É também a tecnologia da certificação digital que protege e garante a idoneidade dos atos publicados pelas entidades que já aderiram ao sistema de publicações em meio eletrônico.



O Brasil conta com um Sistema Nacional de Certificação Digital que é mantido pelo *Instituto Nacional de Tecnologia da Informação*.

O sítio eletrônico do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação disponibiliza informações bastante didáticas a respeito do processo de certificação digital e da segurança que ele proporciona. Por sua relevância e pertinência, passo a transcrever as informações constantes do referido sítio eletrônico:

“O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI é uma autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, cujo objetivo é manter a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, sendo a primeira autoridade da cadeia de certificação – AC Raiz.

A Medida Provisória nº 2.200-2, de 24.8.01, deu início à implantação do Sistema Nacional de Certificação Digital da ICP-Brasil. Isso significa que o Brasil possui uma infra-estrutura pública, mantida e auditada por um órgão público, no caso, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, que segue regras de funcionamento estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, cujos membros são nomeados pelo Presidente da República, entre representantes dos poderes da República, bem como de segmentos da sociedade e da academia, como forma de dar estabilidade, transparência e confiabilidade ao sistema.

A Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil é uma cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação do cidadão quando transacionando no meio virtual, como a Internet.

Observa-se que o modelo adotado pelo Brasil foi o de certificação com raiz única, sendo que o ITI, além de desempenhar o papel de Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz, também tem o papel de credenciar e descredenciar os demais participantes da cadeia, supervisionar e fazer auditoria dos processos.

#### *Certificado Digital*

O certificado digital da ICP-Brasil, além de personificar o cidadão na rede mundial de computadores, garante, por força da legislação atual, validade jurídica aos atos praticados com seu uso. A certificação digital é uma ferramenta que permite que aplicações, como comércio eletrôni-

co, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas de governo eletrônico, entre outras, sejam realizadas. São transações feitas de forma virtual, ou seja, sem a presença física do interessado, mas que demandam identificação inequívoca da pessoa que as está realizando pela Internet.

Tecnicamente, o certificado é um documento eletrônico que, por meio de procedimentos lógicos e matemáticos, assegurou a integridade das informações e a autoria das transações. Esse documento eletrônico é gerado e assinado por uma terceira parte confiável, ou seja, uma autoridade certificadora, que, seguindo regras emitidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil e auditada pelo ITI, associa uma entidade (pessoa, processo, servidor) a um par de chaves criptográficas.

Os certificados contêm os dados de seu titular, tais como nome, número do registro civil, assinatura da autoridade certificadora que o emitiu, entre outros, conforme detalhado na política de segurança de cada autoridade certificadora.

#### *AC – Raiz*

A Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil é a primeira autoridade da cadeia de certificação. Executa as políticas de certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Portanto, compete à AC Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu.

A AC Raiz também está encarregada de emitir a lista de certificados revogados e de fiscalizar e auditar as autoridades certificadoras, autoridades de registro e demais prestadores de serviço habilitados na ICP-Brasil. Além disso, verifica se as Autoridades Certificadoras – ACs estão atuando em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor.

#### *AC – Autoridade Certificadora*

Uma autoridade certificadora é uma entidade, pública ou privada, subordinada à hierarquia da ICP-Brasil, responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais. Desempenha como função essencial a responsabilidade de verificar se o titular do certificado possui a chave privada que corresponde à chave pública que faz parte do certificado. Cria e assina digitalmente o certificado do assinante, onde o



certificado emitido pela AC representa a declaração da identidade do titular, que possui um par único de chaves (pública/privada).

Cabe também à AC emitir Listas de Certificados Revogados – LCR e manter registros de suas operações, sempre obedecendo às práticas definidas na Declaração de Práticas de Certificação – DPC. Além de estabelecer e fazer cumprir, pelas autoridades registradoras a ela vinculadas, as políticas de segurança necessárias para garantir a autenticidade da identificação feita.

#### *AR – Autoridade de Registro*

Entidade responsável pela interface entre o usuário e a autoridade certificadora. Vinculada a uma AC que tem por objetivo o recebimento, validação, encaminhamento de solicitações de emissão ou revogação de certificados digitais às AC e identificação, de forma presencial, de seus solicitantes. É responsabilidade da AR manter registros de suas operações. Pode estar fisicamente localizada em uma AC ou ser uma entidade de registro remota”.

Como se pode ver, a tecnologia de que dispõe o Sistema Nacional de Certificação Digital, gerido pelo Instituto de Tecnologia da Informação, satisfaz plenamente as necessidades de segurança que demandam as publicações de atos públicos.

Como reconhecimento disso, nota-se que a quase totalidade das leis que disciplinam a realização de publicações em meio eletrônico faz menção à regulamentação da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil.

Além disso, é preciso reconhecer que há possibilidade real de fraudes quando as publicações se dão de forma impressa. Sendo impossível fiscalizar cada um dos periódicos pelos quais são publicados os atos públicos dos Municípios paranaenses, cria-se margem à adulteração de publicações e a outras práticas igualmente escusas – o que demonstra que a publicação impressa de atos públicos é porosa a fraudes.

Finalmente, destaco mais uma vez que a matéria é tipicamente de competência municipal. Não pode o Tribunal de Contas – ou qualquer órgão do Estado ou da União –, aprioristicamente, cercear a autonomia do Município, impedindo-o de definir, de acordo com a realidade local, a

forma como dará publicidade a seus atos. Evidentemente, um Município cuja população tenha baixíssimo índice de inclusão digital não poderá pretender divulgar seus atos somente pelo meio eletrônico. Mas essa é uma avaliação que depende de cada realidade. Claro que, em tal hipótese, a lei, porque o fato ou a prognose tomada como premissa pelo legislador – o fato de que a publicação em meio eletrônico atenderia ao princípio da publicidade – mostrar-se-ia incompatível com a realidade. Tal técnica de controle de constitucionalidade – denominada pela doutrina como “controle dos fatos e prognoses legislativos” – já é utilizada pelo Poder Judiciário brasileiro, tendo sido incorporada pela Lei nº 9.868/99, que dispõe sobre o processamento das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratória de constitucionalidade (Gilmar Mendes, *Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade*, 3ª ed., Saraiva, pp. 461 a 483).

Indispensável ressaltar que as respostas oferecidas pelo Tribunal de Contas em processos de consulta se dão sempre em plano abstrato, ou seja, jamais tendo como panorama casos concretos. Por conta disso, não cabe a esse Tribunal redigir a minuciosa disciplina a que devem obedecer as publicações de atos oficiais em meio eletrônico.

Abordo, na presente proposta de decisão, as linhas gerais e abstratas que entendo serem necessárias para eventual adoção do expediente de publicações em meio eletrônico. Deixo, portanto, de analisar as minúcias técnicas que devem acompanhar a publicação em versão eletrônica.

Pelo exposto, proponho ao Tribunal responder ao consulente que:

1) é possível, desde de que prevista em lei municipal, a publicação dos atos oficiais dos Municípios exclusivamente em meio eletrônico, ressalvados os casos em que lei especial exija a publicação em veículo impresso de grande circulação, observadas as seguintes diretrizes:

1.1) as publicações em meio eletrônico devem estar hospedadas em sítio eletrônico de fácil acesso à população; além de divulgar amplamente o sítio eletrônico em que a publicação de seus atos oficiais está hospedada, o Município deve também assegurar-se de que o acesso às referidas publicações não requer a utilização de sofisti-



cados recursos tecnológicos, de modo a dificultar ou a cercear o acesso de toda a população;

1.2) as publicações em meio eletrônico devem ter sua idoneidade e integridade asseguradas por tecnologia de certificação digital, como a disponibilizada por meio da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil;

2) **é possível, desde que prevista em lei municipal, a publicação dos atos oficiais dos Municípios em diário próprio nos casos em que haja diário local de circulação comprovada** por auditoria do renomado Instituto Verificador de Circulação – IVC ou, ainda, por auditor independente de comprovada idoneidade.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, *acordam* os membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, reunidos em Sessão Plenária, *por unanimidade*, nos termos do voto do Relator, Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca, responder ao consulente que:

1) **é possível, desde de que prevista em lei municipal, a publicação dos atos oficiais dos Municípios exclusivamente em meio eletrônico**, ressalvados os casos em que lei especial exija a publicação em veículo impresso de grande circulação, observadas as seguintes diretrizes:

1.1) as publicações em meio eletrônico devem estar hospedadas em sítio eletrônico de fácil

acesso à população; além de divulgar amplamente o sítio eletrônico em que a publicação de seus atos oficiais está hospedada, o Município deve também assegurar-se de que o acesso às referidas publicações não requer a utilização de sofisticados recursos tecnológicos, de modo a dificultar ou a cercear o acesso de toda a população;

1.2) as publicações em meio eletrônico devem ter sua idoneidade e integridade asseguradas por tecnologia de certificação digital, como a disponibilizada por meio da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil;

2) **é possível, desde que prevista em lei municipal, a publicação dos atos oficiais dos Municípios em diário próprio nos casos em que haja diário local de circulação comprovada** por auditoria do renomado Instituto Verificador de Circulação – IVC ou, ainda, por auditor independente de comprovada idoneidade.

Integraram o quórum os Conselheiros Fernando Augusto Mello Guimarães, Nestor Baptista, Artagão de Mattos Leão, Heinz Georg Herwig e Caio Marcio Nogueira Soares e o Auditor Thiago Barbosa Cordeiro.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Elizeu de Moraes Correa.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009.

Sérgio Ricardo Valadares Fonseca, Relator  
– Hermas Eurides Brandão, Presidente.





# CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

À Comissão de \_\_\_\_\_

  
-----  
*Presidente da Câmara*

Como Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
designo relator do Projeto de \_\_\_\_\_  
o Vereador

  
-----  
*Presidente da Comissão*

## PARECER

Projeto de Lei Nº 2192/2012,  
João de Lara Vieira,

O Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, designado pelo Presidente da mesma, para exarar seu Parecer analisando o Projeto de Lei nº 2192/2012, do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, o qual Declara Órgão Oficial do Município o Jornal “O Diário do Norte do Paraná”, na forma que especifica, conclui que a proposição tem mérito é legal e constitucional, sendo o seu Parecer F A V O R Á - V E L, cabendo ainda a decisão final ao Soberano Plenário deste Colendo Legislativo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, aos 10 dias do mês de setembro do ano de 2012.

  
*João de Lara Vieira,*  
**Relator**

*Pelas Conclusões:*

  
*Belmiro da Silva Farias,*  
**Presidente**

*José Aparecido da Silva,*  
**Membro**





# CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

À Comissão de \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_  
*Presidente da Câmara*

Como Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
designo relator do Projeto de \_\_\_\_\_  
o Vereador



\_\_\_\_\_  
*Presidente da Comissão*

## PARECER

Projeto de Lei nº 2192/2012.  
Belmiro da Silva Farias,

**O RELATOR DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**, analisando o Projeto de Lei nº 2192/2012, do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, o qual Declara Órgão Oficial do Município o Jornal “O Diário do Norte do Paraná”, na forma que especifica, conclui que a proposição tem mérito é legal e constitucional, sendo o seu Parecer **F A V O R Á V E L**, cabendo ainda a decisão final ao Soberano Plenário deste Colendo Legislativo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, aos 10 dias do mês de setembro do ano de 2012.



*Belmiro da Silva Farias,*  
*Relator*

*Pelas Conclusões:*



*Reginaldo Alves dos Santos,*  
*Presidente*

*Cilas Souza Moraes,*  
*Membro*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

08.10.2012  
nova FL

- 006 / 12

EMENDA N.º \_\_\_\_\_

## EMENDA

EMENDA MODIFICATIVA ao Projeto de Lei nº 2192/2012, do  
PODER EXECUTIVO.


Apresentada pelo Vereador

Belmiro da Silva Farias,

## TEOR DA EMENDA

No texto do artigo 4º do Projeto de Lei nº 2192/2012, onde se lê,  
Surtindo seus efeitos à partir de 20 de setembro de 2012, , leia -se: "Surtindo seus efeitos à  
partir de 15 de outubro de 2012".

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 08 de outubro do ano  
de 2012.

  
Belmiro da Silva Farias,  
Vereador - Autor





# CÂMARA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

APROVADO EM 08/10/2012  
1497/2012

Ante-Projeto de Lei Nº

2192/12

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

**DECRETA**

Comissão de Redação - **REDAÇÃO FINAL**

SÚMULA:- Declara Órgão Oficial do Município o jornal "O Diário do Norte do Paraná", na forma que especifica.

**AUTOR:- PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.**

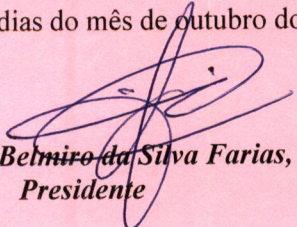
**Art. 1º** - Fica declarado Órgão Oficial do Município de Sarandi-Pr., o jornal "O Diário do Norte do Paraná", de propriedade da Empresa Jornalística Editora Central Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 76.123.397/0001-70, com sede na Av. Mauá, 1988, na cidade de Maringá-Pr., de conformidade com o processo licitatório na modalidade Pregão Presencial sob nº 77/2012-PMS.

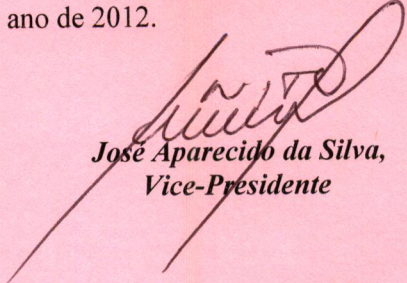
**Art. 2º** - O Órgão de Imprensa referido no art. 1º desta Lei, fará a publicação dos Atos Oficiais dos Poder Executivo Municipal, mediante contrato a ser firmado entre as partes em decorrência do Pregão Presencial nº 77/2012-PMS.

**Art. 3º** - Para fazer face às despesas decorrentes com a execução desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar-se de verba constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.

**Art. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 418/91, de 27/05/1991, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 15 de outubro de 2012.

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal, aos 09 dias do mês de outubro do ano de 2012.

  
**Belmiro da Silva Farias,**  
Presidente

  
**José Aparecido da Silva,**  
Vice-Presidente

**João de Lara Vieira,**  
Membro





# CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

|                                    |                       |                    |
|------------------------------------|-----------------------|--------------------|
| Requerimento Nº<br><b>228 / 12</b> | Apresentado em<br>/ / | Horário            |
| Funcionário(a) Responsável         |                       | Seção Expediente   |
| Rejeitado em<br>/ /                | Indeferido em<br>/ /  | Aprovado em<br>/ / |
| Deferido em<br>/ /                 | Atendido - Ofício Nº  |                    |

## TEOR DO REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Infra-assinado Vereador, com assento neste Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, a **DISPENSA DE INTERSTÍCIO DE TERCEIRA DISCUSSÃO e VOTAÇÃO**, do Projeto de Lei nº 2192/2012, do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, o qual Declara Órgão Oficial do Município o jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", na forma que especifica. Haja vista que nesta data o aludido Projeto de Lei, teve sua aprovação em Segunda Discussão e Votação, não necessitando, portanto de maiores discussões.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, aos 09 dias do mês de outubro do ano de 2012.

*Reginaldo Alves dos Santos,*  
Vereador - Autor

